



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Beatriz Latini Figueredo Brizola

Política externa brasileira e as Fake News: Um estudo de caso sobre a atuação do governo brasileiro durante COVID-19

Florianópolis
2023

Beatriz Latini Figueredo Brizola

Política externa brasileira e Fake News: Um estudo de caso sobre a atuação do governo brasileiro durante a COVID-19

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Daniel Ricardo Castelan, Dr.

Florianópolis

2023

Brizola, Beatriz Latini Figueredo

Política externa brasileira e fake news : Um estudo de caso sobre a atuação do governo brasileiro durante a COVID-19 / Beatriz Latini Figueredo Brizola ; orientador, Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan, 2023.

50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Fake News. 3. Covid 19. 4. Governo Brasileiro. I. Castelan, Prof. Dr. Daniel Ricardo . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Beatriz Latini Figueredo Brizola

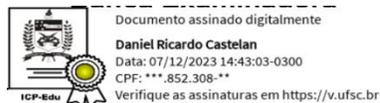
De que forma a política externa brasileira foi afetada pelas fake news disseminadas durante o ano de 2021: Um estudo de caso sobre as vacinas da COVID-19.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Internacionalista e aprovado em sua forma final pelo Curso Relações Internacionais

Florianópolis, 21 de novembro de 2023.

Coordenadoria do Curso de Graduação em Relações Internacionais

Banca Examinadora



Prof. Daniel Ricardo Castelan, Dr.

Orientador

Profa. Sandra Regina Leal, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por me levar no colo todas as vezes que não pude andar, foram diversos obstáculos ao longo desse tempo, muitas vezes pensei em desistir, muitas vezes não enxerguei sentido algum na minha trajetória, mas só Ele é conhecedor do meu coração, glorifico a Ele durante toda a caminhada, espero e confio.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr Daniel Ricardo Castelan por aceitar conduzir essa pesquisa com comprometimento e expertise. Sua orientação foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Me sinto especialmente grata principalmente pela paciência e dedicação, foram algumas idas e vindas até a conclusão deste trabalho. Quero agradecer também à Universidade Federal de Santa Catarina e todo o seu corpo docente, assim como à comunidade científica brasileira que sustenta o desenvolvimento do país. A Universidade precisa ser mantida pública, transformadora de vidas e realizadora de sonhos para quem nunca imaginou sequer participar da corrida e conseguiu cruzar a linha de chegada. Viva às instituições públicas e ao SUS.

Agradeço também a Dona Lúcia, ao Seu Cyro e a Tota, por terem me acolhido como uma filha, por terem me concedido tudo que precisei, não somente para ter uma vida digna, mas para me sentir tremendamente amada. Pelo notebook da Tota para realizar meus trabalhos acadêmicos, pela paciência do Seu Cyro com as minhas reuniões barulhentas com a Victória Maurell e a Laura Borgomoni, e principalmente as geleias de amora. Agradeço também a Dona Lúcia, por todas as indicações de séries e bolos de milho, por todos os puxões de orelha, todos os conselhos, todas as jogatinas de baralho e por todo amor e afeto que ainda recebo dessa família abençoada que tem um lugar muito especial no meu coração.

Agradeço também a Victória Maurell por ser minha dupla de todos os trabalhos possíveis, por ser minha amiga principalmente, por subir a completo contragosto aquele morro do Serrinha, pela paciência por todas as vezes que eu dormia fazendo trabalho, pelas fugidas da UFSC diretamente para uma sessão terapêutica de compras no shopping e cinema mesmo não havendo dinheiro algum, por passar todos os perrengues acadêmicos comigo, por topa todas as minhas ideias malucas e por comer tão feliz minha cebola com frango.

Gostaria de agradecer também a minha família, minha mãe e meus dois irmãos. Sou grata a minha mãe, Wanessa Latini, por acreditar em mim, por apostar em mim tantas vezes, por me levar no colo para fazer o vestibular porque eu estava com gesso e por me motivar a ser alguém melhor. Agradeço também ao meu marido, Guilherme Vinicius Figueredo Brizola, que acompanhou cada passo dessa jornada, que me deu apoio, compreensão e motivação para continuar.

Agradeço também a Dona Claudete e ao Seu Toninho, por todos os conselhos valiosos, por todo amor e acolhimento que recebi.

Agradeço a Danusa Rebello, por ser minha grande incentivadora da vida, por toda sua credibilidade em mim quando eu mesma não tinha, pelo amor e preocupação diários e pela confiança. Agradeço também ao meu psicólogo Jonas Farias por todo acompanhamento que tem feito comigo, por todos os insights valiosos, sendo extremamente essencial em tantos aspectos, mas em específico para a conclusão deste trabalho.

Agradeço também a Juliana Barreto, por não me deixar esquecer nenhum prazo, pelo companheirismo e motivação na realização deste trabalho, a Ana Carolina Custódio e a Juliana Latini por, apesar de distante me auxiliarem.

Ninguém faz nada sozinho, esse trabalho só foi possível porque os tive ao meu lado, serei eternamente grata.

Por fim, o maior agradecimento se deve a mim mesma. Gratidão por não desistir de mim, por procurar ser gentil comigo mesma em todas as minhas falhas, por ser tão resiliente e pela busca constante pelo desenvolvimento pessoal.

RESUMO

A política externa brasileira durante a pandemia de COVID-19 foi marcada por controvérsias, especialmente no que se refere à disseminação de fake news. O governo liderado por Jair Bolsonaro adotou uma postura cética em relação às medidas de isolamento, promovendo tratamentos não comprovados e contribuindo para a propagação de informações falsas, principalmente por meio das redes sociais. Essa abordagem teve repercussões negativas na imagem internacional do Brasil, levantando preocupações sobre a responsabilidade na gestão da crise de saúde pública e destacando a importância da transparência e base científica em emergências globais. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo geral investigar a disseminação de *fake news* relacionadas à vacinação contra a COVID-19 por Jair Bolsonaro em 2021, buscando compreender suas implicações para a política externa brasileira. As perguntas que se busca responder com esse estudo pretende apresentar como Jair Bolsonaro utilizou as fakes news para sustentar sua posição de política externa brasileira durante o ano de 2021? Quais foram as principais mudanças e consequências para o Brasil? a condução da política externa brasileira durante a pandemia de COVID-19, aliada à propagação de fake news, revelou desafios significativos. A postura do governo, caracterizada pelo questionamento das medidas de saúde pública e pela divulgação de informações não verificadas, teve repercussões adversas na reputação internacional do país. Este estudo de caso destaca a urgência de adotar uma abordagem transparente, respaldada por evidências científicas, não apenas para enfrentar crises de saúde globais, mas também para preservar a credibilidade do Brasil no cenário mundial.

Palavras-chave: Fake News; Covid 19; Governo Brasileiro; Informação.

ABSTRACT

Brazilian foreign policy during the COVID-19 pandemic was marked by controversies, particularly regarding the spread of fake news. The government led by Jair Bolsonaro adopted a skeptical stance towards isolation measures, promoted unverified treatments, and contributed to the dissemination of false information, primarily through social media. This approach had negative repercussions on Brazil's international image, raising concerns about the government's responsibility in managing the public health crisis and underscoring the importance of transparency and a scientific foundation in global emergencies. Thus, the research aims to investigate the spread of fake news related to COVID-19 vaccination by Jair Bolsonaro in 2021, seeking to understand its implications for Brazilian foreign policy. The study seeks to answer questions such as how Bolsonaro used fake news to support his Brazilian foreign policy stance in 2021 and what were the main changes and consequences for Brazil. The conduct of Brazilian foreign policy during the COVID-19 pandemic, coupled with the spread of fake news, revealed significant challenges. The government's posture, characterized by questioning public health measures and disseminating unverified information, had adverse effects on the country's international reputation. This case study underscores the urgency of adopting a transparent approach supported by scientific evidence, not only to address global health crises but also to preserve Brazil's credibility on the world stage.

Keywords: Fake News; Covid-19; Brazilian government; Information.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Espectro da política externa brasileira no governo Bolsonaro	25
Quadro 2 - Postagens feitas por Bolsonaro como estratégia de legitimação em favor da sua postura em relação às vacinas	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMC - Organização Mundial do Comércio

CELAC - Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA E EXTERNA: TEORIAS, CONCEITOS E EVOLUÇÃO NO BRASIL	15
2.1 OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA	15
2.2 O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA NO BRASIL	16
2.3 ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO	21
3 ESTUDO DE CASO: POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, FAKE NEWS e O COMBATE À COVID-19	29
3.1 CONCEITUAÇÃO DE FAKE NEWS E SUA UTILIZAÇÃO NAS REDES SOCIAIS	29
3.2 ESTUDO DE CASO: SOBRE O LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO DAS VACINAS DA COVID-19	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho será discutida a importância da opinião pública para a política externa, utilizando como estudo de caso as iniciativas de compra de vacinas adotadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro no ano de 2021 em diante, como forma de combater a pandemia de COVID-19. Mais especificamente, será analisado de que forma a estratégia de comunicação adotada pelo governo para influenciar a opinião pública, através de *fake news*, influenciou os rumos da política externa e a posição internacional do Brasil.

Pergunta de Partida do presente trabalho apresenta como Jair Bolsonaro utilizou as *fake news* para sustentar seus direcionamentos à política externa brasileira e quais foram as principais mudanças e consequências para o Brasil?

Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo geral investigar a disseminação de *fake news* relacionadas à vacinação contra a COVID-19 por Jair Bolsonaro em 2021, buscando compreender suas implicações para a política externa brasileira. Mais especificamente, Como objetivos específicos, busca-se (i) identificar as principais *fake news* compartilhadas por Jair Bolsonaro em relação à COVID-19 em 2021; (ii) avaliar o impacto dessas *fake news* na política externa brasileira, na percepção pública sobre a gravidade da pandemia e na gestão da crise sanitária no país.

A hipótese desta pesquisa examina se a estratégia de comunicação adotada pelo ex-presidente foi eficaz para angariar o apoio de sua base eleitoral durante a gestão da pandemia. Contudo, observa-se que tal estratégia teve o efeito adverso de minar a credibilidade e o multilateralismo do Brasil no cenário internacional. Além disso, questionou-se a liderança regional e a representação do país em questões de importância global. No contexto doméstico, a disseminação de *fake news* pelo ex-presidente erodiu a confiança da população em fontes oficiais de informação, nas instituições públicas e nas medidas de saúde pública.

Um dos pontos mais importantes sobre a discussão desse tema na atualidade é a proteção e defesa da democracia, uma vez que a disseminação de *fake news* tem alto potencial de influenciar eleições e minar a confiança nas instituições democráticas, como aconteceu, por exemplo, nas eleições norte-americanas em 2016. A discussão sobre esse fenômeno é essencial para criar consciência sobre o problema e, mais importante

ainda, para desenvolver estratégias eficazes no combate às fake news. A propagação de informações falsas pode prejudicar o discernimento entre o que é real e o que é imaginado. E essa propagação se torna possível com a globalização e as redes sociais, que disponibilizam quantidades massivas de informação em poucos segundos, com a abundância de fotos, opiniões e vídeos online. Dessa forma, a emergência das *Fake News* pode desestabilizar democracias e inclusive enfraquecer os Estados, com impacto sobre a política externa. Ao abordar a questão das Fake News, destaca-se a grande importância da verificação de fatos, incentivando a busca de informações precisas e confiáveis.

As *Fake News* se tornaram uma estratégia de comunicação efetiva para Bolsonaro devido principalmente, ao perfil do seu eleitorado. Foi utilizada com o intuito de proteger seus interesses, tanto econômicos quanto políticos, ocultando a dimensão da periculosidade do vírus e a urgência do tema. Seguindo os passos da sua inspiração política Donald Trump, Bolsonaro manteve um perfil personalista demonstrado pela opção das redes sociais como ferramenta de comunicação direta com seus eleitores, sem passar pelo “filtro” editorial da mídia tradicional, reforçando a ideia de manter seu eleitorado alienado aos seus discursos, através principalmente do Twitter, tática conhecida como “twiplomacy” (GABRIELLY et al, 2021).

O Twitter é a ferramenta mais utilizada pelos líderes políticos na atualidade. No ano de 2020, Jair Bolsonaro ocupou o 6º lugar dos governantes mundiais mais atuantes da plataforma. O estudo de caso sobre as Fake News no Brasil com foco nas vacinas, é o maior exemplo dos danos desse fenômeno na história do país, comprovado em agosto de 2020. Quando o Brasil atingiu a marca de cem mil mortos, os assuntos mais repercutidos pelo ex-presidente eram sobre ataque à comunidade científica brasileira e a diminuição da magnitude dos efeitos da doença, lembrando que este foi o ano de criação e aplicação das vacinas em vários países (LEE; XU, 2018).

No âmbito da política externa brasileira, o país em decorrência das decisões tomadas e dos direcionamentos políticos tidos por Bolsonaro, perdeu credibilidade internacional, em razão de sua oposição explícita às orientações da OMS, arriscando também, as negociações das vacinas nesse período.

A mudança evidente na política externa brasileira durante o mandato de Bolsonaro, como será detalhado durante esta pesquisa, se dá a partir de uma posição mais antiglobalista, tendo como “base eleitoral cinco grupos: (i) a bancada evangélica; (ii) a bancada ruralista; (iii) a bancada militar; (iv) o núcleo antiglobalista; e (v) a equipe econômica neoliberal” (CASARÕES, 2019)

Como se pode perceber, essa pluralidade dificulta um alinhamento de interesses que abarque sua base por completo, observando-se o posicionamento mais ideológico de Bolsonaro, como exemplificado por Gardini (2011, pág.17, tradução nossa): “Uma política externa ideológica pode estar associada a um planejamento relativamente de curto prazo e a uma visão personalizada das relações internacionais relacionadas a um líder específico ou administração, em vez de um interesse nacional consistente.”¹ O resultado da gestão de Bolsonaro se define pelo isolamento regional e internacional, pela desordem política e retrocesso no trato da saúde, em âmbito nacional e internacional.

O trabalho se divide da seguinte forma. Após essa introdução, no capítulo 2, desenvolvimento da pesquisa, será apresentada uma discussão sobre a formulação da política externa brasileira, com o objetivo de identificar o papel da opinião pública na política externa de um Estado, em particular no Brasil.

Essa reflexão servirá como pano de fundo para o tema discutido, as *Fake News* na política externa - tendo em vista a utilização dessa estratégia de comunicação adotada pelo governo para influenciar a opinião pública e construir uma base de apoio às decisões de governos. Neste capítulo também, será apresentado o histórico da política externa durante o governo Bolsonaro.

No capítulo 3, por sua vez, será discutido o termo “Fake News”, explicitando como ele pode ser uma estratégia de comunicação para alcançar objetivos políticos. Essa discussão conceitual orientará o estudo de caso desenvolvido neste capítulo, sobre a atuação do Brasil na obtenção de vacinas durante a crise de Covid-19.

¹ No original “*an ideological foreign policy may be associated with and characterized by relatively shortterm planning and a personalized vision of international relations related to a specific leader or administration rather than to a consistent national interest*”

2 OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA E EXTERNA: TEORIAS, CONCEITOS E EVOLUÇÃO NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo, de maneira geral, analisar a relação entre opinião pública e a política externa no Brasil. Para tanto, é necessário entender como se deu o desenvolvimento do processo de formulação da política externa no país, analisando o papel da opinião pública no decorrer do tempo, assim como seu impacto político no âmbito doméstico.

O capítulo se divide em duas seções: na primeira, será analisado o processo de formulação da política externa no Brasil, a partir de uma revisão da literatura especializada sobre o tema. Na segunda seção, por sua vez, apresenta-se diferentes interpretações da literatura a respeito da política externa do governo Bolsonaro. Esse capítulo constitui, assim, uma reflexão analítica e histórica sobre o estudo de caso apresentado no capítulo 3 do trabalho.

2.1 OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA

Ao se concentrar no período da COVID-19, o estudo busca analisar de maneira minuciosa como as decisões e estratégias adotadas pelo governo brasileiro podem ter impactado não apenas a percepção internacional do país, mas também as relações diplomáticas e a reputação do Brasil em um contexto global.

Ao adotar um estudo de caso, a pesquisa permite uma análise aprofundada dos eventos específicos, declarações governamentais e ações durante a pandemia, proporcionando insights valiosos sobre como a disseminação de informações incorretas pode ter afetado a política externa brasileira. Desta forma, o estudo oferece uma oportunidade única para compreender como as Fake News se entrelaçam com a política externa e como isso pode influenciar a confiança e a credibilidade do Brasil no cenário internacional.

Para garantir a solidez da pesquisa, é crucial fundamentar as análises em fontes confiáveis e empregar uma abordagem metodológica rigorosa. Este estudo, ao explorar a interseção entre Fake News e política externa durante a pandemia, pode contribuir substancialmente para o entendimento dos desafios contemporâneos enfrentados pelo Brasil no contexto internacional.

2.2 O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA NO BRASIL

A abertura comercial brasileira nos anos 90 desempenhou um papel crucial na política externa do país, fortalecendo a importância da opinião pública nesse processo.

Durante esse período, sob a liderança do presidente Fernando Collor de Mello e, posteriormente, do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo implementou uma série de políticas de liberalização econômica, reduzindo as barreiras ao comércio internacional e promovendo a competição em diversos setores econômicos. Essa abertura comercial, ao expor consumidores e produtores à competição internacional, impactou diretamente a política externa brasileira.

Em primeiro lugar, a abertura comercial tinha a pretensão de inserir o Brasil de forma mais competitiva no cenário internacional, mas por outro lado acabou expondo o parque industrial brasileiro a uma competição acirrada, com impacto sobre o emprego. A redução das tarifas de importação e a abertura a investimentos estrangeiros diretos atraíram algumas empresas, acelerando a integração à economia globalizada. Além disso, a abertura comercial permitiu que o Brasil diversificasse suas relações comerciais, reduzindo a dependência de parceiros comerciais tradicionais e aproximando-o do Mercosul. Isso fortaleceu a posição do país nas negociações internacionais, tornando-o um ator mais influente em fóruns como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) (GENNARI, 2002)

No entanto, a abertura foi um duro golpe nas empresas locais, que abruptamente tiveram que concorrer em um novo mercado, global, sem políticas industriais e de reestruturação suficientes, resultando em um grande desemprego, desindustrialização e aprofundamento da desigualdade social.

Dessa forma, o ponto a destacar é que o processo de abertura tornou mais claro à população que o ambiente 'internacional' tem impacto sobre o cotidiano, aumentando as pressões sociais sobre sua formulação, historicamente muito centrada no Itamaraty, e dando destaque ao papel da opinião pública na política externa.

Esse movimento dos anos 1990 deu início a uma alteração do modelo de formulação tradicional da política externa brasileira que sempre foi muito concentrado no Itamaraty. Nos anos 1990, com a redemocratização do Brasil e a abertura do comércio exterior, aumentaram as pressões da sociedade para influenciar os rumos da política

externa. Isso tensionou a centralidade no Itamaraty na condução da política externa (FARIA, 2008).

O autor elenca alguns pontos para se compreender esse processo de formulação da política externa no Brasil. Em primeiro lugar, a formulação da política externa resulta, segundo Faria (2008, p. 81) “arcabouço constitucional do país”.

A constituição de 1988 - atribui ao executivo autonomia, e ao congresso nacional uma posição de caráter mais periférico. Em segundo lugar, também se origina da concessão por parte do Legislativo ao Executivo da competência de formulação da política externa, que alguns autores têm denominado como uma característica “imperial” do presidencialismo brasileiro (MORAES, 2001).

Em terceiro lugar, a formulação de política externa também resulta do modelo de desenvolvimento do país: o processo de substituição de importações, prevalecente na economia entre os anos 1950 e 1990, acabou centralizando os processos de decisão política e econômica no país, que de acordo com o autor, resultou no isolamento do Brasil internacionalmente. Este último aspecto reverteu-se, parcialmente, no início da década de 90. Em quarto lugar, considera que a diplomacia brasileira tem uma característica “adaptável” e “não conflitiva”. Por fim, indica que há uma profissionalização prematura da diplomacia no Brasil em virtude dos privilégios atribuídos ao cargo.

A soma desses aspectos poderia explicar o raso nível de politização da política externa do Brasil até o período que data o final da década de 80, colaborando para o “insulamento” do Itamaraty (FARIA, 2008).

O Brasil procura delegar de forma equilibrada as atribuições do legislativo e executivo no que tange às Relações Internacionais, Faria crê por sua vez, que o executivo detém a hegemonia sobre os processos de decisão. A política externa principalmente no que concerne ao comércio exterior “são objeto natural de delegação de poder decisório do Legislativo para o Executivo (LIMA; SANTOS, 2001).

Hoje, após o período de democratização e liberalização comercial, pode-se dizer que o processo de formulação da PEB é mais aberto, embora dentro de limites. Esse movimento refletiu-se na proliferação do curso de Relações Internacionais no Brasil, trazendo para debates domésticos as questões de âmbito internacional, principalmente em período de eleições, reforçado no governo Lula, de caráter “altivo” com a expansão

da visibilidade doméstica nas estratégias de inserção internacional. Esses fatores combinados contribuíram para um aumento na porosidade dos processos decisórios do Itamaraty por parte da população (LESSA, 2006).

“A dinâmica da participação da sociedade civil varia de acordo com o tema em foco e com o momento político: tende a ser maior em assuntos politicamente sensíveis, tais como as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), e menor em questões mais específicas.” (OLIVEIRA; PFEIFER, 2006, p. 389-390).

Alguns autores apontam que uma das dimensões da maior ‘porosidade’ do Itamaraty à sociedade, a partir dos anos 1990, foi o fortalecimento do diálogo entre o Itamaraty e os governos subnacionais, assim como o empresariado. Foi criado em diversas áreas do país escritórios regionais de representação do Itamaraty. Dessa forma, a chamada “diplomacia federativa” buscou fomentar a cooperação entre os estados, com o objetivo de coordenar as estratégias internacionais (PEREIRA, 2010).

É cabível questionar, entretanto, se essas ferramentas possuem um propósito de monitoramento do Estado, visto é verdade que o Brasil tem uma das centralizadas formas de ação externa do Estado (SARAIVA, 2006).

Existia ainda a especulação de uma mudança no modelo do processo decisório da PEB, inspirado no modelo norte Americano intitulado “Trade Promotion Authority”, que realizaria a ampliação da responsabilidade das decisões tornando-se necessária a aprovação prévia do legislativo nas decisões acerca dos assuntos internacionais. (FARIA, 2008)

Da mesma forma, outros autores relacionam esse processo com a transformação no modelo de desenvolvimento e na inserção internacional do país desde os anos 90. Isso gerou uma politização crescente da política externa, visto que o Brasil aumentou sua participação em instâncias multilaterais e se envolveu em diversas negociações internacionais. A globalização, a liberalização econômica e a revolução nos meios de comunicação também contribuíram para internacionalizar a sociedade brasileira (FARIA, 2008).

Há também a relação das mudanças na política externa com a Constituição de 1988, que concedeu maior autonomia aos governos subnacionais. Isso fez com que estados e municípios passassem a defender ativamente seus interesses nas relações internacionais do país, inclusive com a criação de instâncias específicas para lidar com essas questões. Além disso, a relação entre política externa e política doméstica está mais entrelaçada no Brasil atualmente, devido às diferentes implicações da política externa nos diversos segmentos sociais. A visibilidade das relações internacionais do país aumentou, especialmente com a chamada "diplomacia presidencial" e o papel do Brasil na América do Sul, o que tem gerado debates e controvérsias domésticas (FARIA, 2008).

Todas essas mudanças têm levado à mobilização de grupos de pressão e organizações da sociedade civil em defesa de seus interesses na política externa. Isso se reflete inclusive nas eleições presidenciais, por exemplo, onde a política externa se tornou um tema relevante (FARIA, 2008).

Sendo assim, parecer surpreendente o fato de os analistas acadêmicos da PEB devotarem tão pouca atenção ao papel que pode desempenhar a opinião pública no processo de produção da política externa. (FARIA, 2008, p. 89)

O processo de liberalização e democratização, ao longo dos anos 1990, abriu espaço no Brasil para uma maior participação da opinião pública na política externa. Esse é um tema muito debatido na literatura internacional (FARIA, 2008).

O público de maneira geral seria mal-informado sobre as questões internacionais e até mesmo indiferente à elas, com ressalvas em períodos de guerra ou crise, apresentando um caráter instável. Haveria uma preocupação no quanto a opinião pública poderia afetar as decisões governamentais, principalmente por apresentar esse caráter instável. Entretanto, no âmbito da política externa norte-americana, foi constatado que não havia uma interferência significativa em contraste com a esfera doméstica (HOLSTI, 2001).

Com ênfase no caso dos EUA, a Guerra do Vietnã marcou uma divisão no entendimento sobre o papel da opinião pública na política externa, quando a grande mobilização popular pacifista influenciou o Congresso e aumentou muito os custos políticos de se manter na guerra. Nesse período as pesquisas mostraram que mesmo

com o baixo grau de discernimento político a população ainda era apta em realizar formulações sobre os tópicos internacionais, denominado por ele de “racionalidade da baixa informação” (POPKIN, 1991).

Análise teórica, pretensamente universal, a partir da observação de países do Centro, sobretudo os EUA. No caso do Brasil é importante destacar que a política externa brasileira tem passado por mudanças perceptíveis desde os anos 1990, em virtude do processo de abertura econômica e de democratização, como já foi apresentado (FARIA, 2008).

Entretanto, o autor indica que essa mudança poderia aprofundar-se ainda mais, levando a uma “mudança de paradigma”, na formação dessa política, caso reformas institucionais fossem implementadas, como: (i) educação cívica, para aumentar a compreensão dos cidadãos sobre questões de política externa e seu impacto na vida cotidiana; (ii) aumento da participação pública, trazendo mais transparência, através de consultas públicas e audiências parlamentares; (iii) investimento na capacitação e formação de diplomatas e funcionários públicos envolvidos na formulação de políticas externas; (iv) parlamento ativo, por meio de comissões parlamentares especializadas em questões internacionais e a exigência de aprovação parlamentar para acordos internacionais significativos, fortalecendo o papel do parlamento na supervisão e no estabelecimento de diretrizes para a política externa; e por fim, (v) avaliação do impacto das políticas externas, em esferas não somente econômicas, mas também sociais, ambientais e de direitos humanos (FARIA, 2008).

A implementação dessas reformas exigiria um amplo debate público e político, bem como mudanças na cultura política brasileira. Além disso, seria fundamental encontrar um equilíbrio entre a participação pública e a capacidade de tomar decisões de política externa de forma eficiente e estratégica (FARIA, 2008).

Seriam, no entanto, uma resposta do executivo às pressões que cresceram ao longo dos anos 1990, na medida em que começaram a entrar em vigor tratados de livre comércio firmados ao longo dessa década, expondo produtores e consumidores ao internacional.

Em conclusão, é relevante notar que a politização da política externa brasileira é um fenômeno importante, desencadeado a partir dos anos 1990, que se aprofunda no Brasil e que dá destaque à relevância da opinião pública nesse processo, algo que tem sido subvalorizado nos estudos acadêmicos. No Brasil, nota-se a escassez dos debates sobre o tema, que ainda se concentram a partir da visão da elite - em aspectos econômicos. A inserção das variadas classes nessa discussão traria o que é chamado de responsividade por quem elabora a política externa, fator que por consequência traria mais confiabilidade e valorização das democracias (PAGE; BOUTON, 2006).

2.3 ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO

Nesta segunda seção, será apresentado o contexto no qual Bolsonaro foi eleito, descrevendo um pouco sua relação com o eleitorado e a maneira como ele reorientou a política externa, alinhando-a a uma ideologia autoritária, conservadora, americanista ideológica. Para tanto, será assentado algumas interpretações sobre esse tema.

As eleições brasileiras de 2018 estavam inseridas em um contexto no qual a credibilidade nas instituições públicas havia diminuído consideravelmente, juntamente com o aumento do uso das redes sociais que passaram a ter uma relevância maior em comparação aos veículos de mídia tradicionais, assim como os discursos que associavam o governo vigente à práticas de corrupção e ao comunismo. A eleição do então candidato, Jair Bolsonaro, foi impulsionada pela escalada da extrema direita no Brasil, associada à misoginia e ao moralismo. (LIMA; PINHEIRO, 2019).

O ex militar reformado é conhecido por sua postura ultraconservadora e pela pregação dos valores tradicionais juntamente de um discurso de caráter nacionalista. (FREIXO; MACHADO, 2019).

O bolsonarismo, como ficou conhecido, caracterizado pelo militarismo, defesa de valores conservadores - como fé cristã e família tradicional, anti-petismo e anti-comunismo que transcendeu a imagem do ex-presidente, endossou os discursos de direita no Brasil assim como aumentou expressivamente o número de grupos facistas no país. (MESSEMBERG 2019; BOBBIO, 1994)

Segundo a antropóloga Adriana Dias, houve um crescimento estimado de 270,6% de grupos extremistas no Brasil entre os anos de 2019 e 2021 (CARREGOSA, 2022).

Nas análises sobre a política externa do governo Bolsonaro, ficou evidente que o ex-presidente assumiu uma postura de “americanismo ideológico” que se define por realizar concessões sem reciprocidade e/ou alinhamento. Diferentemente dos governos precedentes, que por sua vez eram caracterizados pelo americanismo pragmático, isso significa dizer que, nesse modelo, a proximidade com os Estados Unidos se dá em virtude do intuito de manter relações próximas renunciando a interesses importantes para o Estado (ANDRADE; VILLAS BOAS, 2019).

A influência dos Estados Unidos na política externa brasileira é histórica, perdendo força e reaparecendo ao longo dos governos, como foi após o golpe militar, e posteriormente no período Collor. As cinco variações presentes na orientação da política externa brasileira, são elas: “aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação”. O Brasil alinhou-se aos EUA porque tinha em Trump um exemplo e um aliado, em seu projeto conservador-autoritário de governo (NOBRE, 2019).

A política externa de Bolsonaro foi influenciada por duas principais correntes: a ideológica, composta por figuras como Olavo de Carvalho, Eduardo Bolsonaro, Ernesto Araújo; e setores da Igreja, também pelo vice-presidente, General Hamilton Mourão, setores militares, a Câmara dos Deputados e a bancada ruralista (SARAIVA; SILVA, 2019).

Essas duas facções divergiram quanto aos interesses que deveriam ser promovidos e priorizados na política externa brasileira, prevalecendo, por vezes, as agendas de cunho ideológico. Este grupo advogou por uma abordagem radicalmente diferente da política externa que vinha sendo adotada, incentivando a mobilização pública em relação a questões internacionais e criticando lideranças e ideologias distintas, como foi evidenciado no caso da Venezuela. Esta postura ultraconservadora adotada pelo ex-presidente nada mais era que o espelhamento de seu eleitorado (SARAIVA; SILVA, 2019).

Segundo Nobre, a base do eleitorado bolsonarista é caracterizada pela heterogeneidade, incluindo anti-petistas, figuras do lava-jatismo e antissistema “se caracteriza por representar a canalização de frustrações de segmentos que se acham

não apenas excluídos do processo político e de seus benefícios, mas se consideram perdedores (NOBRE, 2019).

Mesmo que estes não representem a maioria (entre 30 e 40%), segundo o autor ainda é o suficiente para manter o governo, e a preservação dessa base é primordial para sustentar o poder (NOBRE, 2019).

Quatro fatores que associam os objetivos de grupos religiosos, com a agenda defendida pelos conservadores: “(1) a relação da Teologia da Prosperidade e a visão neoliberal de Estado mínimo, deslegitimando políticas sociais com um discurso meritocrático de conquista individual; (2) a confusão das esfera pública e privada, impondo o fundamentalismo cristão ao Estado, legalmente laico; (3) questões pontuais no âmbito da segurança, (redução da maioria penal, armamento individual, aumento da militarização), que não necessariamente agem para mitigar a violência urbana como um problema sistêmico; (4) uso de discurso de ódio, aliado ao uso das fake news, com intuito de atingir grupos sociais marginalizados, tornando-os um inimigo comum do conservador médio brasileiro.” (FERRARI, 2023).

Segundo Freixo (2019), é nesse contexto que ocorre a nomeação do Ernesto Araújo ao Itamaraty, um embaixador sem experiência e conhecido por criticar a ordem global e enaltecer Donald Trump, apontando-o como líder do Ocidente. Através de seu blog, Araújo fez campanha pela eleição de Bolsonaro como Presidente do Brasil.

Em sua posse, o chanceler fez um discurso engrandecendo a pátria, intitulando sua gestão como uma "Nova Independência" para o país, libertando-o da ordem liberal internacional (ARAÚJO, 2019).

Promoveu um sentimento de “orgulho” nacional, de base excludente e discriminatória, e prestou elogios ao presidente em pronunciamento oficial, mas não apresentou nenhum plano concreto para a política externa brasileira. Ao avaliar a utilização da religião como uma ferramenta política era, em suas palavras, “[...] julgar os outros por nossos próprios critérios.”, pois considerava que a incorporação de valores religiosos na formulação de políticas era uma abordagem genuína. Portanto, o chanceler não reconhecia a aparente contradição em seus discursos, mesmo quando usava suas convicções religiosas pessoais como guia para sua atuação na política externa (ARAÚJO, 2019, p. 10).

Ernesto Araújo geriu a política externa brasileira pautado na reafirmação do anti-marxismo e globalização cultural, ampliando os ideais de direita e ultradireita, ressoados com ainda mais intensidade através do uso das redes. Araújo fez várias referências à necessidade de libertar o Brasil e o Itamaraty das influências do globalismo e de suas implicações (ARAÚJO, 2019).

O globalismo como um movimento econômico com raízes marxistas, que, segundo ele, visava minar a fé cristã e, portanto, deveria ser enfrentado como um adversário a ser combatido. Nesse contexto, a administração Bolsonaro-Araújo associou a formulação da política externa à religião, alegando que a expectativa dos eleitores era de que o ex-Presidente projetasse internacionalmente sua fé católica e sua moral conservadora (LOPES, 2020).

Para o ex-diplomata a política externa brasileira estava fundamentada em uma visão de mundo distorcida, baseada em concepções “antirracionalis e anticientíficas de Olavo de Carvalho. Nessa perspectiva, o governo via o "globalismo da ONU" e o marxismo cultural como ameaças aos valores judaico-cristãos (FERRARI, 2023).

O alinhamento com os EUA antes baseados nos fundamentos da segurança nacional da Guerra Fria, e atualmente no “radicalismo olavista”, constrói o pensamento de Ernesto Araújo, fator que evidencia o desalinhamento com os anseios dos militares reformados dentro do governo - como ocorreu no anúncio de que o Brasil forneceria uma base aos EUA. Outro fator que abriu desvantagens ao Ministério de Relações Exteriores é o apoio do pai - Bolsonaro - ao filho, Eduardo Bolsonaro que atuou como chanceler informal do governo, o qual mesmo sem ser funcionário oficial do MRE foi autorizado a representar o Brasil em reuniões no exterior, divergindo com os princípios da política externa brasileira e da hierarquia do ministério, o que também gerou um efeito contraproducente com governos que não são de direita, desgastando parcerias comerciais importantes para o país - como França, Portugal, Reino Unido. (ABDENUR, 2019)

Apesar do aumento das chances de vitória do candidato Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral havia um consenso de que, dado o caráter institucionalizado do Itamaraty, a Política Externa Brasileira (PEB) permaneceria relativamente inalterada,

mesmo diante da postura questionável do então candidato à presidência. (FREIXO, 2019).

No entanto, após a eleição, ocorreu justamente o oposto, houve um notável rompimento com os princípios e tradições da diplomacia brasileira e até mesmo do Itamaraty (ALMEIDA, 2019).

Bolsonaro reforçou a ideia do que ele dizia ser a “desideologização” da política externa (como a desassociação do governo com a agenda de direitos humanos em relação à equidade de gênero, por exemplo), juntamente com fortes críticas às organizações internacionais e relações multilaterais (FREIXO, 2019).

Paulo Almeida, - diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais de 2016 a 2019 -, afirmou que não houve apresentação de uma estratégia clara para a atuação do Brasil, seja em âmbito regional ou global durante o período em que esteve sob a administração Bolsonaro. Mesmo após mais de um ano de governo, o Brasil ainda não havia estabelecido prioridades para sua atuação em fóruns multilaterais, nem havia delineado uma abordagem para promover a liberalização comercial. Além disso, não foram fornecidas diretrizes sobre como conduzir as relações com parceiros internacionais (ALMEIDA, 2019).

Quadro 1 - Espectro da política externa brasileira no governo Bolsonaro

Pilares/Âmbitos	Doméstico	Internacional	Regional
Núcleo político ideológico	Insumo narrativo do projeto de poder nacional; aprofundamento dos vínculos de atores internos com governos e organizações identificados com o ideário da extrema direita internacional	Ativismo anti-globalista, alinhamento ao governo Trump e aproximação ao círculo de países com regimes de extrema direita	Desconstrução das iniciativas, projetos e compromissos do progressismo latino-americano
Política Econômica liberal-conservadora	Aprofundamento da agenda de reformas econômicas de cunho liberal, fortalecimento do agronegócio e	Atração de investimentos internacionais, reconfiguração da presença brasileira na economia internacional e	Preservação dos mercados sul-americanos, minimizando compromissos de reciprocidade, institucionalidade e de

	defesa do capital financeiro	preservação dos vínculos econômicos com a China	responsabilidades compartilhadas
Complexo de Segurança e Defesa	Controle militar de cargos ministeriais de primeiro escalão, ampla presença corporativa na administração pública federal; redefinição de parâmetros da Política Nacional de Defesa; acesso a fatias orçamentárias para o sistema de privilégios e fortalecimento de programas estratégicos	Fortalecimento da relação com os EUA (Comando Sul), reconhecimento como aliado extra - OTAN cooperação militar e em segurança com governos afins - como Israel, Emirados Árabes e Índia	Cooperação militar e de inteligência com regimes conservadores; militarização de controles meios-ambientais e de monitoramento de fronteiras na região amazônica, com foco nas divisas com a Venezuela

Fonte: HIRST, MACIEL (2022)

Bolsonaro se mostrou alheio às questões de integração e liderança regional em diversos momentos. Países como Cuba e Venezuela que até então possuíam um bom relacionamento com o Brasil não foram convidados para cerimônia de posse do ex-presidente, demonstrando internacionalmente, (i) seu alinhamento com os Estados Unidos e (ii) a displicência como ator chave nas relações diplomáticas na América do Sul. Bolsonaro deu indicativos em seu Plano de Governo sobre a intenção de priorizar relações bilaterais, pressupondo suprimir projetos multilaterais (BOLSONARO, 2018).

De acordo com Vidigal e Bernal-Meza (2020) as principais mudanças na política externa brasileira sob o governo Bolsonaro, em comparação com o período de 2003 a 2016, incluíram:

- Um realinhamento com os interesses políticos dos Estados Unidos.
- A retirada do apoio à Unasul, com a promoção da criação do Prosul como alternativa.
- A completa rejeição do governo venezuelano, visto como uma ameaça à segurança na região.

- A priorização das relações com o Chile em detrimento da histórica parceria com a Argentina.
- A redução da importância do Mercosul na agenda de política externa.

Hernández e Mesquita (2019) argumentam que essas mudanças se devem à postura ideológica adotada pelo governo que orientou a política externa brasileira.

A Unasul, que já enfrentava estagnação durante a gestão de Temer, passou por um claro processo de desmantelamento sob a nova administração a partir de 2019. Nesse ano, de acordo com a rotação da Presidência Pro Tempore do bloco, o Brasil sucederia a liderança, fator que iria contra a abordagem bolsonarista de evitar adotar ideologias, especialmente aquelas associadas ao período petista (JAEGER, 2019).

Até o final de 2010, a união regional ainda era considerada um projeto em desenvolvimento. Os governos de direita alteraram essa perspectiva, modificando o papel original da Unasul como ferramenta de integração. Isso aconteceu devido à redução da importância dessas questões nas agendas políticas em favor de um enfoque maior no âmbito comercial (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020). O governo Bolsonaro, por se tratar de assunto proveniente da agenda de esquerda, optou por se afastar do projeto (SARAIVA; SILVA, 2019)

A organização, liderada por governos de esquerda que simbolizava o produto da integração entre eles, foi substituída por uma nova iniciativa nomeada como Prosul. Chile e Colômbia lideraram essa iniciativa, em tese, não ideológica. Embora Jair Bolsonaro tenha aderido ao projeto de imediato, o Brasil não desempenhou um papel de destaque em sua criação, o que refletiu seu desinteresse pela liderança regional (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2019).

Ao assinar a Declaração de Santiago, ficou claro que a integração regional sul-americana não era uma prioridade para a agenda de governo de Bolsonaro, evidenciado pelo insulamento da Venezuela. O grupo se propôs a substituir “um legado de cooperação regional do ciclo progressista” sendo por uma abordagem conservadora (OMINAMI, 2021).

Um Estado só pode se tornar membro do Prosul se for uma democracia plena – essa pré-condição é importante para manter a Venezuela de Maduro fora do mecanismo de concertação e diálogo, e tem sido uma estratégia já utilizada em outros períodos. (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2019, p.553)

Fator que foi interpretado como uma tentativa de afastar a Venezuela dos processos de integração regional, sendo uma contradição para um governo que internamente foi reconhecido como autoritário.

Apesar dos relatórios do Prosul mencionarem reuniões, grupos de trabalho e planos de ação, não foi observado progresso, sugerindo que a criação do Prosul foi principalmente uma mudança ideológica em relação à proposta anterior - Unasul - voltada a afastar os governos de esquerda dos processos de integração. Além disso, a relação entre Brasil e Argentina, conhecida como “relações de eixo” que antes protagonizava a cooperação regional no Cone Sul, foi interrompida, comprometendo um eixo que historicamente foi fundamental na criação de várias iniciativas de integração regional (CERVO, 2008).

Até este momento do governo bolsonarista, o Brasil consolidou sua saída da Unasul, abandonou a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), assumiu um papel secundário no Grupo de Lima, não demonstrou muito entusiasmo com relação ao Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul) [...]. Bolsonaro também começou a aventar a irrelevância do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e ameaçar a saída do bloco ao reivindicar sua utilidade como mera plataforma “à la carte” para assinar acordos comerciais segundo a conveniência de cada membro. (FRENKEL; AZZI, 2021, p. 12).

Em conclusão à análise entende-se que houve um rompimento significativo da integração sul-americanista e do multilateralismo brasileiro, assim como colocou em risco futuras tentativas (FRENKEL; AZZI, 2021).

3 ESTUDO DE CASO: POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, FAKE NEWS e O COMBATE À COVID-19

A disseminação das Fake News durante o período da pandemia teve um impacto significativo na política externa brasileira. À medida que o Brasil enfrentava desafios críticos relacionados à saúde pública e buscava cooperação internacional, as informações falsas desempenharam um papel importante para o governo, com impactos sobre a política externa.

Neste capítulo, será examinado em um primeiro momento o conceito de fake news e como esse fenômeno se disseminou nas redes sociais. Posteriormente, apresentaremos como a propagação de desinformação afetou as relações diplomáticas do Brasil, minando a credibilidade do país no cenário internacional e complicando esforços conjuntos para combater a crise global da COVID-19. É crucial entender o impacto das Fake News na política externa para avaliar de maneira abrangente as implicações desse fenômeno na condução das relações internacionais do Brasil.

O ano de 2021 foi marcado por uma disseminação significativa de informações falsas. Investigar como as Fake News foram utilizadas como ferramenta política e o impacto delas na sociedade é fundamental para compreender o legado de Bolsonaro para a política externa brasileira, com a queda do monopólio da comunicação e as novas formas de mobilizar a sociedade, assim como, os desafios a serem enfrentados atualmente.

Neste capítulo, que se divide em duas seções, será analisado através de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa o estudo de caso sobre o licenciamento compulsório das vacinas da COVID-19, destacando a importância da análise crítica das fake news no cenário político brasileiro.

3.1 CONCEITUAÇÃO DE FAKE NEWS E SUA UTILIZAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Há uma complexidade no estudo das fake news, seja com relação à própria definição como na distinção entre ela e as formas alternativas de jornalismo.

Na abordagem trazida a seguir as *fake news* são descritas como “artigos noticiosos intencionalmente falsos e verificáveis”, cujo propósito é ludibriar os leitores, geralmente imitando os estilos do jornalismo tradicional. Sob essa definição, não se

incluem notícias falsas resultantes de erros jornalísticos não intencionais (ALLCOT; GENTZKOW, 2017).

A problemática das fake news não é nova, mas ganhou nova dimensão na era digital, especialmente com a disseminação facilitada pela internet e mídias sociais. O termo ganhou notoriedade durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016. Nesse período, a campanha de Trump foi acusada de propagar notícias falsas, enquanto utilizava-se do termo “fake news” para deslegitimar veículos de imprensa tradicionais (COSTA, 2019). Como apontado por Allcott e Gentzkow (2017), o uso dessa ferramenta de comunicação pode ser motivado pela geração de lucros, mas também no âmbito da política, como o caso de Trump provou.

A utilização das fake news, tanto por Trump quanto em outros espaços, foi possível com o avanço da tecnologia, que proporcionou a propagação quase instantânea de informações a milhares de pessoas simultaneamente por meio das redes sociais (SILVA, 2020, p. 20). Alguns estudos também têm associado o fenômeno à ideia de “pós-verdade”, descrita pelos autores Nielsen e Graves com resultado de uma “crise de confiança” do público geral na imprensa e em instituições públicas. Esse fator se dá devido ao ceticismo dos cidadãos em relação às informações divulgadas publicamente de qualquer natureza, mecanismos de busca, redes sociais ou veículos de imprensa tradicionais (NIELSEN; GRAVES, 2017).

O fator chave capaz de fazer com que essas notícias viralizem, é de serem amplamente compartilhadas entre um grupo de pessoas que já estão predispostas a considerá-las, ou seja, o mercado das notícias falsas se baseia nas próprias perspectivas do público-alvo, reduzindo a possibilidade de questionamentos (SILVA, 2020).

No texto, “Battling Fake News and (In)Security during COVID-19” escrito por Downing et al (2020) afirma sobre a predisposição humana em absorver notícias falsas dado a exposição intensa à informações falsas, criando uma “verdade ilusória”, evidenciando a influência das redes sociais no processo cognitivo de informações da população.

O autor descreve como “efeito de primazia” o fenômeno em que as opiniões pré-concebidas sobre um determinado assunto desempenham um papel crucial na formação de crenças sólidas, que se mantêm mesmo quando confrontadas com evidências

contrárias posteriormente. Isso leva à “persistência de crença” como denominado por Joseph, que se traduz como a tendência de manter uma “representação mental e avaliação positiva de informações significativas”. Esse padrão é intensificado pela natureza da confirmação, que provém da tendência humana em interpretar de forma seletiva informações que se alinhem com seus princípios e crenças onde as pessoas que têm ideologias bem definidas são também mais inclinadas a aceitar informações falsas.

O debate sobre o uso das *fake news* na política internacional foi trazido à tona em 2018, após a empresa de consultoria britânica Cambridge Analytica tomar posse dos dados do Facebook de milhões de pessoas sem consentimento dos usuários, utilizando inteligência artificial para prever ações e criar movimentos virais. A empresa foi responsável pela campanha de Trump, que a partir das informações que adquiriu personalizou fake news de acordo com cada perfil de usuário - as chamadas “câmaras de eco” ou “bolha de filtro”, potencializando o efeito viral.

Inspirado pelo então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Bolsonaro tentou o experimento no Brasil, baseado na estratégia do presidente norte americano, dirigido pelo estrategista-chefe da Casa Branca, Steve Bannon. Todavia, o Partido Republicano norte americano se tornou uma espécie de contrapeso aos ideais de Trump. O ponto a ser levantado é de que no Brasil não houve algo parecido para frear as aspirações radicais de Bolsonaro (LIMA; ALBUQUERQUE, 2019)

O alicerce político e a popularidade de Bolsonaro concentraram-se na mobilização das redes sociais, ferramenta que possibilitou um aumento da participação política da população, nomeada por Freire de “democracia direta tuitada”, abrindo espaço para a divulgação de notícias em grupos de whatsapp e a possibilidade de *fake news*. Os anúncios proferidos pelo presidente e seus ministros eram por muitas vezes incongruentes, propagando desconfiança e incerteza. (LAGO, 2019)

Entende-se, portanto, que, a “estratégia do caos” adotada no governo de Bolsonaro levou o Itamaraty realizar sua primeira reforma institucional, em 2020, levando em consideração a concessão de cargos chaves para apoiadores e sugerindo a “flexibilização da hierarquia na nomeação das chefias de departamento e a possibilidade de nomeação de não diplomatas para cargos relevantes no ministério” durante o mandato do ex-presidente (MOE, 2023).

Esse processo de desestabilização da política externa é endossado primeiramente pelo desrespeito à hierarquia das instituições e da perseguição e ruptura com qualquer vestígio ligado à política externa de governos antecessores e suas simbologias, fator evidenciado na modificação do currículo estudantil do Instituto Rio Branco, reforçando a ideia anti-globalista, com a retirada da disciplina “História da América Latina” (LIMA; ALBUQUERQUE, 2019)

Conforme mencionado anteriormente, a disseminação de fake news foi a principal estratégia de comunicação adotada por Bolsonaro. O presidente frequentemente fez declarações sem base factual, mobilizando a sociedade, tanto a nível nacional como, ocasionalmente, internacional, à medida que as pessoas buscam desmentir suas afirmações. Essa tática de disseminar notícias falsas propositalmente é chamada de "firehosing" e não é exclusiva de Bolsonaro (PAUL; MATTHEWS, 2016).

O objetivo por trás dessa estratégia de comunicação supostamente caótica, é provocar agitação e estimular discussões acerca dos temas em questão, além de também ser utilizada para estimular seus eleitores e consolidar seu lugar de poder. Esse comportamento se tornou particularmente evidente durante a pandemia de COVID-19, quando o presidente contrariou as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto à gravidade do vírus e as medidas a serem tomadas diante da conjuntura. Algumas das falas do ex-presidente comprovam seu posicionamento, como o discurso na live no dia 13 de agosto, em relação a hidroxicloroquina:

O meu exemplo, tomei [hidroxicloroquina] e duas doses depois, não estava com sintoma nenhum. Curado. Os meus ministros tomaram cloroquina, no nosso prédio da presidência, acho que mais de 100 pessoas tomaram. Todo mundo que eu fiquei sabendo tomou hidroxicloroquina (BAPTISTA et al., 2020)

Após a análise de 434 tweets relacionados à pandemia publicados entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, período no qual o Brasil atingiu a marca de 100 mil mortes devido à COVID-19, com os principais tópicos abordados por Bolsonaro no Twitter: “minimização da gravidade da pandemia para a saúde pública e prestação de contas das ações do governo para conter os impactos do vírus no Brasil”, que em ambos cenários, envolviam a disseminação de informações falsas e ataques à comunidade científica (BAPTISTA et al, 2020).

Como resultado, a disseminação de informações deturpadas e falsas desencadeou uma segunda crise: a propagação de notícias falsas sobre a COVID-19. Esse fenômeno, semelhante ao primeiro, repercutiu globalmente e passou a ser reconhecido pela OMS como uma "infodemia" (GALHARDI et al., 2020).

3.2 ESTUDO DE CASO: SOBRE O LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO DAS VACINAS DA COVID-19

Com o surgimento e a proliferação expressiva da COVID-19 pelo mundo, iniciou-se um esforço coletivo entre universidades e indústrias farmacêuticas pela pesquisa e produção das vacinas. Os estados levantaram orçamento para comprar insumos objetivando suprir a demanda de produção ao passo que a discussão acerca do tema crescia em diversas esferas do sistema internacional em especial na Organização Mundial da Saúde (OMS) e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Era evidente que os países mais desenvolvidos conseguiriam garantir as doses necessárias para atender sua população, visto que a maioria das indústrias eram também provenientes desses países. A previsão da Organização Mundial do Comércio era que houvesse um desequilíbrio entre a oferta e a demanda na distribuição das vacinas a nível global, com grande aumento dos preços, dificultando assim o acesso dos Estados do sul global na aquisição do imunizante. De acordo com Fidler, “[...] as vacinas chegarão eventualmente à maioria das populações, mas somente após países poderosos terem se protegido.” (FIDLER, 2020).

Assim, para lidar com o combate à pandemia, constatou-se que a governança global da saúde havia enfrentado uma crise estrutural ao longo de várias décadas, em virtude da crise da agenda multilateral em saúde em um ambiente globalizado favorável ao mercado (FERREIRA, et al, 2013).

Em virtude das novas variantes, ficou claro a necessidade da distribuição eficaz da vacina, de produtos hospitalares e medicamentos a nível global, visando a contenção da mutação do vírus, mas em um momento de enfraquecimento das instituições de governança global. Com uma possível desvantagem, o sul global buscou articular-se nos debates internacionais na corrida pelos imunizantes.

Nessas discussões sobre a pandemia, a Índia e a África do Sul apresentaram no dia 2 de outubro de 2020, uma proposta ao Conselho do Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) da OMC (Organização Mundial do Comércio) para renunciar temporariamente algumas obrigações do Acordo TRIPS em resposta aos desafios causados pela pandemia. A proposta, que foi co-patrocinada por representantes de outros países, incluindo o Paquistão, Quênia, Swatini, Bolívia, Moçambique, Mongólia, Venezuela, Zimbábue, Egito, Grupo dos Países Menos Desenvolvidos e Grupo Africano, visava permitir uma dispensa temporária para todos os membros da OMC dos compromissos relacionados a patentes, visando a contenção e tratamento do Coronavírus. O objetivo era de que o acesso às vacinas, insumos hospitalares etc. não fossem impedidos pelos direitos de propriedade intelectual, até que a maioria da população mundial estivesse imunizada (TWN, 2021).

A proposta foi discutida em várias rodadas de negociações formais e informais na OMC desde a sua apresentação ao Conselho em outubro de 2020, gerando um intenso debate global, ressaltando a quebra nas cadeias globais de abastecimento, causadas pelos desequilíbrios graduais entre oferta e demanda durante a pandemia. Além disso, evidenciou as consequências associadas às questões socioeconômicas que afetam principalmente os países menos desenvolvidos, assim como os países em desenvolvimento. A aprovação da proposta pelos membros resultaria em uma concreta cooperação global no combate à pandemia.

Aproximadamente cem membros da OMC, juntamente com inúmeras organizações da sociedade civil, tais como a Organização Médicos Sem Fronteiras, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, e a Focus on the Global South, além da OMS, apoiaram a ideia (SERVILHA; TASQUETTO, 2021).

Apesar da situação crítica da pandemia no Brasil, o governo brasileiro foi o único país em desenvolvimento a se posicionar de forma contrária à proposta indiana e sul-africana para quebra de patentes apresentada na OMC, mantendo seu alinhamento com os países desenvolvidos (detentores de grande parte do monopólio das patentes) alegando que as flexibilidades contidas no TRIPS já eram suficientes para a

disponibilização das vacinas. Nessa ocasião, o Brasil havia registrado em um único dia a marca de 2.349 mortes (TWN, 2021).

Lembrando que o licenciamento compulsório é uma medida prevista na Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) e está em conformidade com os acordos internacionais de propriedade intelectual dos quais o Brasil é signatário. O Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI/Replib) do qual diversas organizações da sociedade civil fazem parte, publicou um manifesto criticando a postura do ex-presidente. Em âmbito doméstico, inicialmente Bolsonaro perdeu popularidade, sofrendo pressões sociais, pela imprensa e pelo Congresso por dificultar a viabilização das vacinas (PARIZ, 2007).

A atitude do governo brasileiro em se opor à exoneração de algumas disposições do Acordo TRIPS vai contra o histórico de cooperação ativa do país na Organização. Em 2001, o governo brasileiro protagonizou debates defendendo a flexibilização do Acordo TRIPS em situações específicas de crise de saúde pública, posicionando-se ao lado de países em desenvolvimento, como foi no caso da quebra de patente do antirretroviral Efavirenz (medicamento de tratamento combinado contra HIV-1), assinado por Luiz Inácio Lula da Silva, presidente vigente no período, possibilitando a aquisição de genéricos com valores até 72% mais baratos, colocando o Brasil como uma figura internacional de destaque entre os países do Sul Global (PARIZ, 2007).

Com a perda do apoio da opinião pública, Bolsonaro buscou ferramentas para sustentar suas ações e discursos, contrapondo esse movimento. Dessa forma, intensificou o uso das fake news, principalmente via Facebook, Whatsapp e Twitter. Em seus posts, o ex-presidente minimizava a gravidade da pandemia e questionava a importância (e procedência) da vacina.

Quadro 2 - Postagens feitas por Bolsonaro como estratégia de legitimação em favor da sua postura em relação às vacinas

Data da postagem	Texto da postagem
07/08/2020	Thread: 1- Publicada a MP que cria crédito extraordinário de R\$ 1,9 bilhão destinado à pesquisa, produção e aquisição da vacina contra a Covid-19, desenvolvida pela Universidade de Oxford. 2- Essa parceria visa também toda a transferência de tecnologia para o Brasil, de modo que a vacina poderá ser produzida aqui sem custos outros. 3- Comprovada sua eficácia contaremos com 100 milhões de doses a partir de janeiro de 2021, que serão distribuídas gratuitamente. Valeu!

16/10/2020	Covid-19 Vacinação. Lei 13.979 de 06/fev/2020: Art 3º, inciso III: PODERÃO ser adotadas a realização compulsória de vacinação e outras medidas profiláticas para o enfrentamento da pandemia. -Lei 6.259 de 30/out/1975 Art. 3º Cabe ao Ministério da Saúde a elaboração do Programa Nacional de Imunizações, que definirá as vacinações, inclusive de caráter obrigatório. Art. 6º Os governos estaduais, COM AUDIÊNCIA PRÉVIA do Ministério da Saúde, poderão propor medidas legislativas complementares visando aos cumprimentos das vacinações, obrigatórias por parte da população, no âmbito dos seus territórios. Apesar do art. 3º, inciso III, letra “d”, da lei nº 13.979/20, prever que o poder público poderá determinar a realização compulsória da vacinação, o Governo Federal não vê a necessidade de adotar tais medidas e NEM RECOMENDARÁ SUA ADOÇÃO por gestores locais. - O MS irá oferecer a vacinação, de forma segura, sem açodamento, no momento oportuno, após comprovação científica e validada pela Anvisa, contudo, sem impor ou tornar a vacinação obrigatória.
19/10/2020	A vacina não será obrigatória. Inscreva-se em nosso canal no YouTube: https://youtu.be/K12DfbTFPc4 . Thread: A VACINA CHINESA DE JOÃO DORI. Para o meu Governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA.
21/10/2020	- O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM. - Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem. - Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina.
22/10/2020	- Diretora da OMS não recomenda que vacina contra Covid19 seja obrigatória. - A OMS, depois da minha manifestação, se posiciona contra a vacinação obrigatória. Agora eles começam a acertar.
24/10/2020	Boa noite a todos. Vacina obrigatória aqui só na faísca.
26/10/2020	- A vacina não é questão de Justiça, mas de Saúde. Link no YouTube. Inscreva-se: https://youtu.be/epbDGbbp2zc - Dra. Nise Yamaguchi e seus argumentos sobre a vacina: eficácia, segurança, obrigatoriedade, pressa... etc. Recomendo assistir, principalmente até os 41 minutos. @LedaNagle.
08/12/2020	O Brasil disponibilizará vacinas de forma gratuita e voluntária após COMPROVADA EFICÁCIA E REGISTRO NA ANVISA. Vamos proteger a população respeitando sua liberdade, e não usá-la para fins políticos, colocando sua saúde em risco por conta de projetos pessoais de poder.
27/12/2020	VACINA - A PRESSA PELA VACINA: - Existem 4 laboratórios que desenvolvem estudos clínicos de vacinas no Brasil. Contudo, nenhum deles até agora, apresentou junto à ANVISA, pedido de uso emergencial ou de registro. - A ANVISA é uma agência de Estado, não de governo. Sua atuação é independente e reconhecida no mundo todo, pela

	<p>excelência do trabalho dos seus servidores. - Temos pressa em obter uma vacina, segura, eficaz e com qualidade, fabricada por laboratório devidamente certificado. Mas a questão da responsabilidade por reações adversas de suas vacinas é um tema de grande impacto, e que precisa ser muito bem esclarecido. - O presidente da República, caso exercesse pressões pela vacina, seria acusado de interferência e irresponsabilidade. - Tão logo um laboratório apresentasse seu pedido de uso emergencial, ou registro junto à ANVISA, e esta proceda a sua análise completa e o acolha, a vacina será ofertada a todos e de forma GRATUITA e NÃO OBRIGATÓRIA.</p>
28/12/2020	<p>- Quase toda a imprensa me atacou dizendo que desprezo a vida pelo "EU NÃO DOU BOLA PARA ISSO". Assista ao vídeo, e veja a verdade: https://youtu.be/pl9fe3kW5vM. Via Parler: JairMBolsonaro</p>
04/01/2021	<p>O tratamento precoce salva vidas. A vacina emergencial (depois de certificada pela @anvisa_oficial), e não obrigatória, está a caminho. Link no YouTube: https://youtu.be/Z45wwCjUScl</p>
06/01/2021	<p>O Brasil consome 300 milhões de seringas por ano. Também somos um dos maiores fabricantes desse material. - Como houve interesse do Ministério da Saúde em adquirir seringas para o seu estoque regular, os preços dispararam e o MS suspendeu a compra até que os preços voltem à normalidade. - Estados e municípios têm estoque de seringas para o início das vacinações, já que a quantidade de vacinas num primeiro momento não é grande. - Por volta de 44 países estão vacinando, contudo, a Pfizer vendeu para muitos dessas apenas 10.000 doses. Daí a falácia da mídia como se estivessem vacinando toda a população. Na tabela abaixo, o percentual de vacinados em alguns países até a data de 04/janeiro/2021: -China:0,31%; - Rússia: 0,55%; - Reino Unido: 1,39%; - EUA: 1,28%; - Canadá: 0,30%; - Itália: 0,19%; - Chile: 0,05%; - México: 0,02%; -Alemanha: 0,29% - Brasil: 0,00%; - Holanda: 0,00%; - Japão: 0,00%</p>
07/01/2021	<p>O restabelecimento da verdade sobre a vacina no Brasil. @minsaude. Na live das 19h mais verdades. Bom dia a todos. Link no YouTube: https://t.co/zmSB0HsQkB?amp=1</p>
12/01/2021	<p>Boa imprensa não é a que mais crítica ou elogia, mas aquela que fala a verdade. Teremos a vacina de forma segura e eficiente, para todos os voluntários, depois de certificada pela @anvisa_oficial. Assista é só depois comente. Link no YouTube: https://t.co/C5f1LaKvc9?amp=1.</p>
21/01/2021	<p>NOVA DÉLHI, 21 Jan/Reuters/por Sanjeev Miglani - O governo da Índia liberou as exportações de vacinas contra a Covid-19, e as primeiras remessas serão enviadas nessa sexta-feira para o Brasil e Marrocos, disse o secretário de Relações Exteriores da Índia. - Meus cumprimentos ao @ItamaratyGovBr @ernestofaraujo e servidores pelo trabalho realizado.</p>
22/01/2021	<p>Recebemos hoje 2 milhões de doses da vacina Astrazeneca/Oxford, vindas da Índia. Negociadas pelo minsaude, e adquirida também por muitos países</p>
22/01/2021	<p>Thread: Namaskar, Primeiro Ministro @narendramodi. O Brasil sente-se</p>

	honrado em ter um grande parceiro para superar um obstáculo global. Obrigado por nos auxiliarem com as exportações de vacinas da Índia para o Brasil. Dhanyavaad! धन्यवाद.
--	--

Fonte: MONARI et al, 2021

Apesar da estratégia ter funcionado para sua base eleitoral mais fiel, não foi suficiente para atingir a legitimação da opinião pública em seus direcionamentos políticos, além disso, enfraqueceu a posição do Brasil internacionalmente, sendo ridicularizado nas mídias de todo o mundo, excluído das principais discussões acerca da pandemia e perdendo o respeito que o Brasil possuía devido ao seu histórico de cooperação.

Em 2021, em meio à crise, ao crescente número de óbitos e à dificuldade pela aquisição de imunizantes, no dia 25 de janeiro, em reunião, o Brasil demonstrou uma postura mais branda durante as negociações da quebra de patentes, mantendo-se em silêncio. Esse posicionamento foi entendido como uma forma de facilitar as negociações pela importação das vacinas (Oxford/AstraZeneca) as quais eram produzidas na Índia e necessitavam da aprovação do governo federal para exportação (PARIZ, 2007).

No dia 8 de janeiro de 2021, Bolsonaro enviou ao Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, uma carta em caráter de urgência solicitando o envio de 2 milhões de doses do imunizante da AstraZeneca. O pedido de urgência foi feito em meio à politização das vacinas, envolvendo Bolsonaro e o então governador de São Paulo, João Doria. Até aquela data, o Brasil não detinha as doses necessárias para lançar a campanha de vacinação no país. Além disso, a aprovação iminente pela Anvisa dos “dois primeiros pedidos para o uso emergencial no Brasil, que incluíam 6 milhões de doses da vacina da Sinovac e 2 milhões de doses da vacina AstraZeneca” parceira da Fiocruz, ainda a serem importadas do Instituto indiano Serum, contribuiu para a necessidade de agilidade. Vale ressaltar que as doses da vacina CoronaVac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, já estavam presentes no Brasil. (ORTIZ, 2021).

Durante as negociações a nível mundial, a Índia priorizou seus parceiros geopolíticos no início da distribuição das doses. Em 19 de janeiro de 2021 foi divulgado uma lista, visto que, o Brasil não estava contendo os países que obteriam os primeiros

lotes do imunizante. A Índia só permitiu a exportação das vacinas para o Brasil em 21 de janeiro daquele ano (ROCHA; LELLI; FERRAZ, 2021).

Concluindo, o discurso adotado por Bolsonaro minimizando a gravidade da pandemia estava pautado em uma dicotomia ilusória entre a manter a economia operante e a preservação da vida, apoiando-se em posturas anti globalistas e negacionistas. É importante destacar que a pandemia possui também uma dimensão econômica, e se tratando de um país como o Brasil, agravou a desigualdade socioeconômica e os índices de pobreza que se acentuaram durante esse período. Nesse contexto, a OMS coordenou todos os esforços internacionais para conter a COVID-19, além de ser portadora e disseminadora de informações e dados confiáveis sobre a pandemia, em colaboração com a comunidade científica, no combate à propagação de notícias falsas (IBÁÑEZ, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foi examinada a relação entre opinião pública e política externa no governo Bolsonaro. A estratégia de comunicação utilizada pelo ex-presidente se mostrou eficaz na obtenção de apoio de sua base eleitoral durante a administração da pandemia. Contudo, essa abordagem teve consequências negativas, enfraquecendo a credibilidade e o multilateralismo brasileiro no cenário internacional. Além disso, questionou a posição de liderança regional e a representação do país em questões globais.

Internamente, a disseminação de fake news pelo ex-presidente minou a confiança da população em fontes oficiais de informação, instituições públicas e medidas de saúde pública. A pesquisa proporcionou uma visão abrangente, baseada nas análises enunciativas de Jair Bolsonaro, essenciais para compreender a radicalização da política brasileira. Isso incluiu análises históricas sobre diversos regimes de enunciados, como o fundamentalismo religioso, o liberalismo nacional, as forças armadas e a fragilidade no entendimento da democracia no país.

A proliferação abundante de significados nas fake news nos últimos anos tem contribuído significativamente para o surgimento da pós-verdade, um cenário em que a verdade objetiva perde sua relevância para as emoções e desejos. Esse contexto, juntamente com a despolitização e a falta de identificação política e social, resultou em uma "deriva social". Nesse cenário, surgem discursos que abraçam ideias como a terra plana, a suposta relação entre vacinas e autismo, entre outros.

Nesse contexto, torna-se um exercício de soft power, referindo-se à habilidade de um país influenciar outros por meio de sua atratividade cultural, ideias e valores. Essa abordagem contrasta com o hard power, que se baseia no uso de força militar ou econômica. As fake news, por sua vez, são informações falsas criadas com o propósito de enganar ou manipular o público.

Destaca-se a importância de discutir as Fake News para prevenir danos significativos, desde incitação à violência até danos à reputação. A educação em mídia e a alfabetização digital são cruciais, fortalecendo a confiança na educação e pesquisa. O debate público pode pressionar por medidas legais e regulatórias contra a propagação de Fake News, promovendo um ambiente mais confiável e protegendo a democracia.

Outro ponto relevante é o constante ataque às mídias tradicionais, essenciais para a democracia e a formação da política externa. A resposta brasileira à COVID-19, marcada pela polarização e falta de coordenação, comprometeu o pacto federativo. A atuação do governo federal contrastou com a autonomia de governos subnacionais, evidenciando a crise federativa e a intervenção do STF.

Em conclusão, a resposta do governo Bolsonaro à pandemia gerou repercussões graves nacional e internacionalmente. As críticas e desconfianças, aliadas à falta de um plano eficaz de vacinação, deterioraram a imagem do Brasil globalmente. A política externa, antes multilateral, evidenciou uma diminuição drástica do multilateralismo sob a liderança de Bolsonaro. Sua estratégia do caos, inicialmente atrativa para sua base, revelou-se prejudicial no cenário internacional, desfazendo princípios basilares da política externa brasileira.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, R. **Riscos da diplomacia paralela**. São Paulo: O Globo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/artigo-riscos-da-diplomacia-paralela-23651422>. Acesso em 04 Out 2023.

ALMEIDA, P.R. **O Estudo das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo, Unimarco, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/jzWsPYxrPSrmPLvThGmVB3F/> Acesso em 28 Out 2023.

_____, P. R. **Miséria da Diplomacia: A destruição da inteligência no Itamaraty**. Boa Vista: Editora UFRR, 2019.

ALLCOT, H.; GENTZKOW, M. **social media And Fake News In The 2016 Election**. EUA: Journal of Economic Perspectives, 2017.

BAPTISTA, E. A.; HAUBER, G.; ORLANDINI, M. **Construção de uma narrativa paralela: os tweets de Bolsonaro durante a pandemia do Covid-19**. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjQ3MjQiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiZmMzYzA2YzI4YTE2NDIhYzgwYzhINzNjYmEwYzIxN2EiO30%3D> Acesso em 10 Ago 2023.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R.; HOIRISCH, C. Desenvolvimento sustentável e governança global em saúde - da Rio =20 aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) pós-2015. Rio de Janeiro: **Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde**, 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/08/bolsonaro-pede-em-carta-ao-primeiro-ministro-da-india-envio-urgente-de-vacina-contracovid.ghtml> Acesso em: 18 Set 2023.

CARREGOSA, Lais. **Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos**. 2022. Fantástico. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em: 08 nov. 2023.

CAMPOS, T. P. R.; SANTOS, L. A. **A política externa bolsonarista e a aproximação com os Estados Unidos: o neopentecostalismo como catalisador de ideias**. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados: Universidade Federal de Grande Dourados, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.30612/rmufgd.v11i22.14716>. Acesso em: 15 Set 2023.

CASARÕES, G. **Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro**. Argentina: Pensamiento Propio, Vol. 24, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/eleicoes.pdf> Acesso em 01 Nov 2023.

CELLI, U. J. **A Constituição, o Parlamento e a política externa brasileira**. São Paulo: Relnet, 2003. Disponível em: <http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj164.lasso>. Acesso em: 23 Set 2023.

CHEIBUB, Z. B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. Dados, 1985. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4558769> Acesso em: 29 Set 2023.

COSTA, C. **Liberdade de expressão e campanhas eleitorais**. São Paulo: Palavra Aberta, 2019.

DOWNING, J.; AHMED, W.; VIDAL-ALABALL, J.; SEGUÍ, F. L. **Battling Fake News and (In)Security during Covid 19**. Spain: E-International Relations, 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/04/23/battling-fake-news-and-insecurity-during-covid-19/> Acesso em: 29 Out 2023.

EDWARDS, G. C.; KESSEL, J. H.; ROCKMAN, B. A. **Presidents, Institutions and Theory**. Pittsburgh: University of Chicago Press, 1993.

FARIA, C. A. P. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/KcLn9ws8QNX8VQB5pvHQG3N/> Acesso em: 14 Out 2023.

_____, C. A. P. A política sul-americana do Brasil: razões e percalços do institucionalismo da semiperiferia. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2007, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/KcLn9ws8QNX8VQB5pvHQG3N/> Acesso em: 29 Set 2023.

FERRARI, M. E. S. **A cooperação regional nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022): uma sistematização das normativas do Mercosul, Unasul e CELAC**. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/248319/TCC_RI.pdf?sequence=2 . Acesso em: 08 Nov 2023.

FREIXO, A. **As Relações Exteriores – Bolsonaro, 100 dias**. Rio de Janeiro: Revista abril, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-relacoes-exteriores-bolsonaro-100-dias/> Acesso em: 15 Out 2023.

FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. **Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FRENKEL, A.; AZZI, D. **Jair Bolsonaro e a desintegração da América do Sul: um parêntese?** Argentina: Nueva Sociedad, 2021. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/Jair-Bolsonaro-desintegracao-America-Sul/> Acesso em: 12 Set 2023.

FIDLER, D. **Vaccine nationalism's politics**. New York: Science, 2020.

GALHARDI, C. P. **Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo: Ciênc. saúde coletiva, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z/?lang=pt> Acesso em: 20 Set 2023.

GARDINI, G. L. **Latin American Foreign Policies between Ideology and Pragmatism: a framework for analysis.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230118270_2 Acesso em: 11 Nov 2023.

GENNARI, A. M. GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERALISMO E ABERTURA ECONÔMICA NO BRASIL NOS ANOS 90. São Paulo: **Revista Pesquisa e Debate**, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029/8709> Acesso em: 10 Out 2023.

HIRST, M.; MACIEL, T. **A Política Externa Do Brasil Nos Tempos Do Governo Bolsonaro.** São Paulo: Scielo, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771/9230> Acesso em: 12 Out 2023.

HIRST, M. **Os cinco “As” das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação.** São Paulo: Saraiva, 2006.

HOLSTI, O.R. **Foreword.** Oxford: Oxford University Press, 2001. Disponível em: <https://global.oup.com/ushe/product/the-impact-of-public-opinion-on-us-foreign-policy-since-vietnam-9780195105285> Acesso em: 21 Out 2023.

HERNÁNDEZ, L. G.; MESQUITA, B. Dinâmicas na integração regional e suas consequências acumulativas. Dourados: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.30612/rmufgd.v9i18.11972> Acesso em: 01 Set 2023.

IBAÑEZ, P. Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, Vol. IX, N. 18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13257>. Acesso em 30 Out 2023.

JAEGER, B. C. **Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora**. Dourados: Conjuntura Austral, 2019. Disponível em: 10.22456/2178-8839.88358. Acesso em: 15 Set 2023.

LAGO, M. Procura-se um Presidente. Piauí: **Revista Piauí**, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/procurase-um-presidente/> Acesso em: 12 Set 2023.

LESSA, A.C. **A intensificação do debate acadêmico e social sobre relações internacionais e política exterior no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LIMA, M. R. S.; PINHEIRO, L. **O Regresso Conservador Sul-Americano**. Rio de Janeiro: Boletim Opsa, 2019. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPESA_2019_n1-jan-mar.pdf?fbclid=IwAR3kMORRE655uQpgLO3bzn6D1VAZImVFt0Y-FB-tkt7D1cEmNWJfovSIDgo. Acesso em: 03 Set 2023.

LIMA, M. R. S. **Instituições democráticas e política exterior**. São Paulo: Contexto Internacional, Vol. 22, 2000. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1349241645> Acesso em: 18 Set 2023.

LIMA, M. R. S.; SANTOS, F. **O Congresso e a política de comércio exterior**. São Paulo: Lua Nova, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/kPZLRwR6WJdSS8TZNG6Lpgn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 18 Set 2023.

LIMA, M. R. S.; ALBUQUERQUE, M. **O Estilo Bolsonaro de governar e a Política Externa: do influenciador digital ao presidente: o estilo bolsonaro de governar**. Rio de Janeiro: Boletim Opsa, 2019. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPESA_2019_n1-jan-mar.pdf?fbclid=IwAR3kMORRE655uQpgLO3bzn6D1VAZImVFt0Y-FB-tkt7D1cEmNWJfovSIDgo Acesso em: 03 Set 2023.

LEE, J.; XU, W. **The more attacks, the more retweets: Trump's and Clinton's agenda setting on Twitter**. EUA: Public Relations Review, 2018. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(i43dyn45teexjx455qlt3d2q\)\)/reference/referencespapers.aspx?referenceid=2981624](https://www.scirp.org/(S(i43dyn45teexjx455qlt3d2q))/reference/referencespapers.aspx?referenceid=2981624) Acesso em: 02 Nov 2023.

LOPES, D. B. **De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazils post-diplomatic foreign policy**. Inglaterra: Global Affairs, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/23340460.2020.1769494>. Acesso em: 10 Set 2023.

MONARI, A. C. P.; ARAÚJO, K. M.; SOUZA, M. R.; SACRAMENTO, I. Legitimando um populismo anticiência: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre a vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc em Revista**, v. 17, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5707>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MENDES, A. G. L.; MILITÃO, P. A.; SIMÕES, R. M. **O Fenômeno Das Fake News: Implicações Para A Política Externa Do Governo Bolsonaro Durante A Pandemia Do Covid-19**. Argentina: Revista Neiba, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/download/59141/40802> Acesso em: 09 Nov 2023.

MORAES, F. **Executivo e Legislativo no Brasil pós-Constituinte**. São Paulo: Perspectiva, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/XPfkQynYkVHGgTW3vNWGp3M/> Acesso em: 10 Out 2023.

NIELSEN, R. K.; GRAVES, L. **News you don't believe: audience perspectives on fake news**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism Factsheet. Oxford, 1981. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/201710/Nielsen%26Graves_fact_shee_t_1710v3_FINAL_download.pdf. Acesso em: 19 Set 2023.

NOBRE, M. O Caos como Método. Piauí: **Revista Piauí**, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/> Acesso em: 18 Set 2023.

OMINAMI, C. P. **Prosul: integração ou revanche ideológica**. Espanha: Nueva Sociedad. 2021. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/prosul-integracao-revanche-ideologica/>. Acesso em: 15 Ago 2023.

OLIVEIRA, A. J.; PFEIFER, A. **O empresariado e a política exterior do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ORTIZ, D. **Bolsonaro pede em carta ao primeiro-ministro da Índia envio urgente de vacina contra Covid**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/08/bolsonaro-pede-em-carta-ao-primeiro-ministro-da-india-envio-urgente-de-vacina-contra-covid.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2023.

PAUL, C.; MATTHEWS, M. **The Russian “Firehose of Falsehood” Propaganda Model - why it might work and options to counter it**. EUA: Rain Corporation, 2016. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html> Acesso em 12 Set 2023.

PARIZ, T. **Lula quebra patente de remédio anti-Aids**. Rio de Janeiro: Globo, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL31234-5603,00-LULA+QUEBRA+PATENTE+DE+REMEDIO+ANTIAIDS.html>. Acesso em 18 Set 2023.

PAGE, B.; BOUTON, M. M. **The foreign policy disconnect. What Americans want from our leaders but don't get**. Chicago: University of Chicago Press, 2006. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/F/bo4106080.html> Acesso em: 15 Set 2023.

PEREIRA, J. A. L. **O federalismo na diplomacia brasileira: o interesse do Itamaraty nas ações externas de governos subnacionais**. São Paulo: Cena Internacional, 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/livro%20blanes.pdf> Acesso em 11 Out 2023.

POPKIN, S. L. **The reasoning voter**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

PINHEIRO, C. Variantes do coronavírus: quem são e como se comportam. Rio de Janeiro: **Revista Veja Saúde**, 2021. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br>>. Acesso em: 10 Set 2023.

ROCHA, G.; LELLI, F.; FERRAZ, K. **Política Externa da Saúde: como o Brasil lida com as patentes?** 2021. Disponível em: <https://opeb.org/2021/11/16/politica-externa-da-saude-como-o-brasil-lida-com-as-patentes/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

RICUPERO, R. **Quem socorreu Bolsonaro não foi o Trump, foi o Xi Jinping**. São Paulo: Economia, história e política, 2019. Disponível em: <https://www.rubensricupero.com/entrevistas/rubens-ricupero-quem-socorreu-bolsonaro-nao-foi-o-trump-foi-o-xi-jinping/> Acesso em: 10 Set 2023.

SARAIVA, M. G.; SILVA, A. M. **Between Political Crisis and COVID-19: Bolsonaro's Foreign Policy**. Rio de Janeiro: E-INTERNATIONAL RELATIONS, 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/06/02/between-political-crisis-and-covid-19-bolsonaros-foreign-policy/> Acesso em 30 Jun 2021.

SARAIVA, J. F. S. **Federalismo e relações internacionais do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/210-federalismo-e-relacoes-internacionais> Acesso em: 16 Out 2023.

SARAIVA, M. G.; SILVA, Á. V. C. **Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro**. Portugal: Universidade Nova de Lisboa, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23906/ri2019.64a08>. Acesso em: 15 Set 2023.

SILVA, C. G. S. **O bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2020. Disponível em: 19 Ago 2023.

TWN (Org). **Info Service on WTO and Trade Issues**. EUA: TWN, 2021.

VIDIGAL, C. E.; BERNAL-MEZA, R. Bolsonaro versus Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa. 2020. Espanha: **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18359/ries.4673> Acesso em: 12 Set 2023.

VASU, N.; ANG, B.; JAYAKUMAR, S.; FAIZAL, M.; AHUJA, J. **Fake News: National Security In The Post-Truth Era**. Singapore: RSIS, 2018.